



TJ-SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Analista de Sistemas Judiciário

EDITAL Nº 01/2025

**CÓD: SL-073FV-25
7908433271529**

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos de diversos gêneros discursivos.....	7
2. Emprego das tipologias textuais na textualização dos gêneros discursivos.....	9
3. Critérios de textualidade: coerência, coesão, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade e intencionalidade	13
4. Progressão textual nos diferentes gêneros	14
5. Citação do discurso alheio (citação direta, indireta).....	14
6. Modalização discursiva	15
7. Reconhecimento de informações implícitas e inferências textuais	16
8. Emprego de linguagem denotativa e conotativa. Relações semânticas no texto (sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia)	17
9. Uso da norma-padrão: ortografia	20
10. Acentuação	24
11. Pontuação	26
12. Concordâncias verbal e nominal.....	28
13. Regências nominal e verbal	29
14. Crase	32
15. Emprego de pronomes e colocação pronominal	32

Conhecimentos Específicos Analista de Sistemas Judiciário

1. Engenharia de software engenharia de requisitos: principais técnicas de elicitação de requisitos. Casos de uso e user stories. Gestão de backlog. Produto mínimo viável (mvp). Gestão de dívida técnica.....	41
2. Análise e projeto de software: modelagem e design utilizando uml. Padrões de projeto (design patterns). Programação orientada a objetos (conceitos gerais).....	42
3. Qualidade de software: análise estática de código. Testes (unitários, de integração, não funcionais). Mocking e stubs. Revisão de código e programação em par	43
4. Infraestrutura como código (iac) (infra): conceitos e ferramentas (ansible, terraformshellsript). Automação de provisionamento de ambientes	44
5. Resiliência de aplicações (infra): técnicas de cache, fallback, circuit breaker. Planos de recuperação de desastres e contingência. Balanceamento de carga e alta disponibilidade	45
6. Arquitetura de software arquitetura de software: domain-driven design (ddd). Arquitetura orientada a objetos. Arquitetura de microserviços. Arquitetura orientada a serviços (soa). Arquitetura limpa e em camadas. Aplicações monolíticas.....	46
7. Interoperabilidade de sistemas: web services (soap e rest). Formatos de dados: json e xml	47
8. Devops e devsecops integração contínua/entrega contínua (ci/cd): automação de pipelines e integração de ambientes. Práticas de devops: versionamento, pipelines ci/cd, automação de banco de dados	48
9. Segurança integrada ao desenvolvimento: práticas de devsecops: análise estática/dinâmica (sast, dast). Ferramentas de automação de segurança	48
10. Desenvolvimento de sistemas desenvolvimento web (front-end): html5, css3, javascriptframeworks javascript: angularjs, vue.js. Desenvolvimento de single page applications (spa). Usabilidade e acessibilidade na web (padrões w3c). Ajax e comunicação assíncrona	49
11. Desenvolvimento back-end: conceitos de apis restful: criação, consumo, tratamento de erros, versionamento e documentação (openapi/swagger). Autenticação e autorização (oauth, jwt). Principais linguagens: c# e php (noções de java e python). Integração com bancos de dados	50

12. Desenvolvimento para dispositivos móveis: conceitos básicos e melhores práticas. Desenvolvimento híbrido (flutter, .Net maui) e desenvolvimento nativo	53
13. Bancos de dados conceitos básicos: modelagem de dados e normalização. Integridade referencial e transações	54
14. Sistemas gerenciadores de banco de dados (sgbd): oracle, sql server e mysql. Noções de bancos de dados nosql	55
15. Linguagem sql: ddl (data definition language). Dml (data manipulation language)otimização de consultas	56
16. Administração de bancos de dados: backup e restore. Monitoramento e tuning de performance. Segurança e controle de acesso. Integração e ingestão de dados: processos etl/elt. Ferramentas de integração de dados. Big data e análise de dados: conceitos de data lakes. Noções de inteligência artificial e análise de dados. Ferramentas e técnicas: spark, hadoop, hdfs, mapreduce	56
17. Qualidade de dados: metadados e linhagem de dados. Coleta de dados (apis, web scraping)problemas de qualidade (valores ausentes, duplicatas, outliers, etc.). Preparação e pré-processamento (normalização, discretização, encoding). Feature engineering e divisão de dados (amostragem, cross-validation)	58
18. Segurança da informação e desenvolvimento seguro segurança no desenvolvimento de software: owasp top 10: prevenção e mitigação de vulnerabilidades	59
19. Lgpd e segurança de dados: impacto da proteção de dados pessoais no desenvolvimento de sistemas	59
20. Infraestrutura e computação em nuvem conceitos fundamentais: modelos de computação em nuvem: iaas, paas, saas	60
21. Containerização: docker e kubernetes (conceitos básicos e uso)	61
22. Arquitetura de desenvolvimento da pdpj-br linguagem de programação java; arquitetura distribuída de microserviços; api restful; json; framework spring; spring cloud; spring boot; spring eureka; zuul; map struct; swagger; service discovery; api gateway. Persistência; jpa 2.0; Hibernate 4.3 Ou superior; hibernate envers; biblioteca flyway. Banco de dados; postgresql; h2 database. Servicos de autenticação; sso single sign on; keycloak; protocolo oauth2 (rfc 6749). Mensageria e webhooks; message broker; rabbitmq; evento negocial; webhook; apis reversas. Ferramenta de versionamento git. Ambiente de clusters; kubernetes. Ferramenta de orquestração de containeres, rancher. Deploy de aplicações; continuous delivery e continuous integration (ci/cd)	62
23. Inteligência artificial conceitos básicos de ia e machine learning. Algoritmos básicos (regressão linear, árvores de decisão). Bibliotecas de ia (tensorflow, scikit-learn) – noções gerais. Processamento de linguagem natural (nlp). Aplicações práticas: análise preditiva e automação	68
24. Metodologias ágeis princípios e valores ágeis: manifesto ágil, entrega contínua de valor. Práticas ágeis no desenvolvimento de software. Frameworks ágeis: scrum: papéis (product owner, scrum master, dev team), eventos (sprint, daily, review, retrospective) e artefatos (product backlog, sprint backlog, etc.). Kanban e fluxo contínuo	69

Raciocínio Lógico Matemático

1. Visa avaliar a habilidade do(a) candidato(a) em entender a estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos	75
2. Visa também avaliar se o(a) candidato(a) identifica as regularidades de uma sequêncianumérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição. Sequências	87

Legislação

1. Crimes contra a administração pública: artigos 312 a 327, 338 a 359 do código penal	93
2. Normativos pdpj-br: resolução cnj nº 91/2009	106
3. Resolução cnj nº 335/2020	108
4. Resolução cnj nº 252/2020	111
5. Resolução cnj nº 253/2020	113
6. Resolução cnj nº 131/2021	115
7. Resolução cnj nº 396/2021	116
8. Resolução cnj nº 162/2024	120

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIVERSOS GÊNEROS DISCURSIVOS

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Gêneros Discursivos

– **Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

– **Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

– **Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

– **Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

– **Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

– **Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

– **Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

– **Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

– **Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

EMPREGO DAS TIPOLOGIAS TEXTUAIS NA TEXTUALIZAÇÃO DOS GÊNEROS DISCURSIVOS

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

— Tipos Textuais

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Exemplo: contos, romances, crônicas, anedotas.

Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Exemplo: retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Exemplo: redações argumentativas, ensaios, editoriais.

Exposição

O texto expositivo tem como objetivo principal expor, explicar ou apresentar informações e conhecimentos de forma clara e objetiva. Esse tipo textual busca esclarecer fatos ou conceitos, sem a necessidade de persuadir o leitor ou envolver juízos de valor. É frequentemente utilizado em contextos didáticos e científicos para transmitir informações de maneira acessível.

Exemplo: textos didáticos, relatórios, verbetes de enciclopédias.

Injunção

O texto injuntivo (ou instrucional) tem como função principal orientar o leitor a realizar uma ação ou a seguir determinados procedimentos. São textos que fornecem instruções, ordens ou conselhos, utilizando verbos no imperativo ou no infinitivo para guiar o comportamento do leitor.

Exemplo: manuais de instrução, receitas, regulamentos, bulas de remédios.

Características dos Tipos Textuais

Cada tipo textual possui características próprias, que podem ser resumidas da seguinte forma:

- **Narração:** foco em ações e eventos em sequência (cronológica ou não); uso de verbos no passado; presença de personagens, tempo e espaço definidos;
- **Descrição:** foco em características e detalhes; uso de adjetivos; apelo aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar);
- **Dissertação:** foco na argumentação e no raciocínio lógico, estrutura rígida (introdução, desenvolvimento, conclusão), uso de conectores e verbos de opinião;
- **Exposição:** foco na explicação e na apresentação de informações; tom objetivo e neutro; uso de exemplos e definições;
- **Injunção:** foco em orientar o comportamento do leitor; uso de verbos no imperativo ou no infinitivo; clareza e precisão nas instruções.

Combinação dos Tipos Textuais

É importante destacar que, embora os tipos textuais sejam categorias distintas, muitos textos apresentam uma combinação de mais de um tipo. Por exemplo, um romance, que é predominantemente narrativo, pode conter trechos descritivos para retratar o ambiente e os personagens, além de momentos dissertativos para discutir ideias ou reflexões dos personagens. Essa flexibilidade dos tipos textuais contribui para a riqueza e a variedade de textos que encontramos no dia a dia.

— Gêneros Textuais

Os gêneros textuais são as diferentes formas de organização de um texto que surgem de acordo com as necessidades e convenções sociais. Eles são determinados pelo contexto de uso, pela intenção comunicativa e pelas práticas culturais de uma sociedade.

Diferentemente dos tipos textuais, que são formas mais rígidas e estruturais, os gêneros textuais são dinâmicos, adaptando-se às situações comunicativas e aos meios em que circulam, como o jornal, a internet, ou o ambiente acadêmico.

Os gêneros textuais são numerosos e variam conforme a evolução das formas de comunicação, mas podem ser organizados em diferentes categorias, dependendo de sua função social e das características formais que apresentam.

Notícia

A notícia é um gênero textual do campo jornalístico, cujo objetivo é informar o público sobre fatos recentes ou de interesse social. Esse gênero é marcado pela objetividade e imparcialidade, apresentando os acontecimentos de forma direta e sem opiniões pessoais. A notícia costuma seguir a estrutura conhecida como pirâmide invertida, onde as informações mais importantes aparecem no início do texto, enquanto os detalhes são desenvolvidos ao longo do texto.

– **Estrutura:** título, lead (introdução com as informações principais), desenvolvimento e conclusão.

– **Exemplo:** notícias publicadas em jornais, portais de internet, telejornais.

Carta

A carta é um gênero textual de comunicação escrita, utilizado para estabelecer contato entre interlocutores distantes no tempo ou no espaço. Dependendo do destinatário e do objetivo, a carta pode ser formal ou informal. No caso de uma carta formal, são utilizados vocabulário e expressões mais respeitadas, enquanto a carta informal permite uma linguagem mais coloquial e próxima.

– **Estrutura:** saudação, corpo do texto e despedida.

– **Exemplo:** cartas comerciais, cartas pessoais, e-mails.

Artigo de Opinião

O artigo de opinião é um texto dissertativo-argumentativo que expressa o ponto de vista do autor sobre determinado tema, geralmente um assunto de relevância atual. O objetivo é convencer o leitor por meio de argumentos bem estruturados. Embora apresente opiniões pessoais, o artigo de opinião deve ser fundamentado com dados, exemplos e argumentos lógicos.

– **Estrutura:** título, introdução (apresentação do tema), desenvolvimento (argumentação) e conclusão (fechamento com uma posição clara).

– **Exemplo:** artigos publicados em jornais, revistas e portais de internet.

Resenha

A resenha é um gênero textual que visa analisar e avaliar uma obra cultural, como um livro, filme, peça de teatro, evento, entre outros. A resenha combina descrição e crítica, oferecendo um resumo da obra e, ao mesmo tempo, apresentando a opinião do autor da resenha sobre a qualidade e a relevância da obra em questão.

– **Estrutura:** identificação da obra (título, autor), resumo do conteúdo, análise crítica e conclusão.

– **Exemplo:** resenhas de livros, críticas de cinema, avaliações de produtos.

Crônica

A crônica é um gênero textual que apresenta uma reflexão sobre situações cotidianas, frequentemente com um tom pessoal e subjetivo. Geralmente breve, a crônica pode ter um caráter humorístico, poético ou reflexivo, abordando temas simples, mas sempre com um olhar crítico ou irônico. É comum encontrarmos crônicas em jornais e revistas, onde são utilizadas para comentar pequenos acontecimentos do dia a dia.

– **Estrutura:** narrativa breve, com espaço para reflexões do autor sobre o tema abordado.

– **Exemplo:** crônicas jornalísticas, crônicas literárias.

Relatório

O relatório é um gênero textual utilizado em contextos profissionais e acadêmicos para registrar, de maneira objetiva e detalhada, os resultados de uma investigação, experiência ou atividade. O relatório busca informar e documentar um processo, podendo incluir dados quantitativos e qualitativos, tabelas, gráficos e conclusões baseadas nas evidências apresentadas.

– **Estrutura:** introdução, desenvolvimento (metodologia, descrição dos dados) e conclusão.

– **Exemplo:** relatórios empresariais, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos.

Receita

A receita é um gênero textual do campo culinário, cuja função é orientar o leitor a preparar um prato específico. Sua linguagem é direta e objetiva, predominando o uso de verbos no imperativo ou no infinitivo, para instruir de forma clara cada etapa da preparação.

– **Estrutura:** lista de ingredientes e modo de preparo.

– **Exemplo:** receitas em livros de culinária, sites de receitas, programas de televisão.

Características dos Gêneros Textuais

Cada gênero textual apresenta características próprias, ligadas ao seu contexto de produção e à finalidade comunicativa. As principais características dos gêneros incluem:

– **Finalidade comunicativa:** o propósito do texto, como informar, convencer, entreter ou instruir.

– **Estrutura:** a organização específica de cada gênero, com partes e sequências próprias.

– **Linguagem:** o nível de formalidade ou informalidade, o uso de termos técnicos ou de uma linguagem mais acessível.

Dinamicidade dos Gêneros Textuais

Os gêneros textuais não são categorias rígidas e imutáveis. Eles estão em constante transformação, adaptando-se às novas necessidades sociais e ao surgimento de novas formas de comunicação, como blogs, redes sociais, podcasts, entre outros. O advento da internet, por exemplo, criou novos gêneros textuais digitais, como postagens em redes sociais, comentários em blogs e chats online, que têm características próprias e desempenham funções comunicativas específicas.

Analista de Sistemas Judiciário

ENGENHARIA DE SOFTWARE ENGENHARIA DE REQUISITOS: PRINCIPAIS TÉCNICAS DE ELICITAÇÃO DE REQUISITOS. CASOS DE USO E USER STORIES. GESTÃO DE BACKLOG. PRODUTO MÍNIMO VIÁVEL (MVP). GESTÃO DE DÍVIDA TÉCNICA

Engenharia De Requisitos

Principais Técnicas De Elicitação De Requisitos

A elicitação de requisitos é o processo de coleta e definição das necessidades dos stakeholders para o desenvolvimento de um sistema. As principais técnicas incluem:

- **Entrevistas:** Conversas estruturadas ou semiestruturadas com os stakeholders para entender suas necessidades e expectativas.
- **Workshops:** Reuniões colaborativas onde os stakeholders e a equipe de desenvolvimento discutem requisitos e priorizam funcionalidades.
- **Brainstorming:** Sessão de ideias para levantar requisitos de maneira criativa e abrangente.
- **Questionários:** Formulários estruturados para coletar informações de um grande número de pessoas.
- **Observação direta:** Acompanhamento das atividades dos usuários para entender como o sistema deve apoiar suas tarefas.
- **Análise de documentos:** Avaliação de relatórios, fluxogramas e outros documentos para identificar requisitos implícitos.
- **Protótipos:** Criação de modelos visuais do sistema para validar requisitos e obter feedback dos stakeholders.
- **Casos de uso:** Representação de interações entre usuários e o sistema para definir cenários de uso práticos.

Casos De Uso E User Stories

Casos de uso e user stories são abordagens para documentar e compreender os requisitos do sistema. Embora tenham propósitos semelhantes, eles diferem em formato e aplicação.

1. Casos de uso:

- São descrições detalhadas das interações entre o usuário e o sistema;
- Contêm elementos como atores, fluxos de eventos, condições e exceções;
- São representados por diagramas UML e descrições textuais.

2. User stories:

- São histórias curtas que descrevem a necessidade do usuário de forma simples;
- Utilizam o formato: “Como [tipo de usuário], eu quero [objetivo] para que [benefício].”;
- São amplamente utilizadas em metodologias ágeis e priorizadas no backlog.

Gestão De Backlog

A gestão de backlog é essencial para organizar e priorizar tarefas em projetos de software. Um backlog bem gerenciado melhora a produtividade e entrega de valor ao cliente.

Principais aspectos:

- **Definição do backlog:** Lista priorizada de requisitos, funcionalidades e melhorias do produto.
- **Priorização:** Técnicas como MoSCoW, WSJF (Weighted Shortest Job First) e ROI ajudam na definição da ordem de implementação.
- **Refinamento do backlog:** Revisão constante para esclarecer, dividir e ajustar as tarefas conforme necessário.
- **Papel do Product Owner:** Responsável por manter o backlog atualizado e alinhado com os objetivos do negócio.
- **Integração com metodologias ágeis:** Scrum e Kanban utilizam o backlog para planejar sprints e gerenciar fluxos de trabalho.

Produto Mínimo Viável (Mvp)

O MVP (“Minimum Viable Product”) é uma abordagem que busca validar ideias com o menor esforço possível.

Principais características:

- **Definição:** Uma versão básica do produto que oferece valor ao usuário e permite a coleta de feedback.
- **Objetivo:** Testar hipóteses e aprender sobre o mercado com investimentos reduzidos.

Ciclo de desenvolvimento:

- **Construir:** Criar a versão mais simples do produto.
- **Medir:** Coletar dados sobre a usabilidade e aceitação.
- **Aprender:** Ajustar e evoluir o produto com base no feedback.

Exemplos: Protótipos interativos, landing pages, versões beta de software.

Gestão De Dívida Técnica

Dívida técnica refere-se a decisões que aceleram o desenvolvimento no curto prazo, mas que geram custos adicionais no futuro.

Principais pontos:

Tipos de dívida técnica:

- Intencional: Decisões conscientes para entregar rapidamente;
- Involuntária: Causada por falta de conhecimento ou falhas no processo.

Impactos:

- Aumento de custos de manutenção;
- Redução da qualidade do código;
- Dificuldade na implementação de novas funcionalidades.

Gestão eficaz:

- Monitoramento contínuo com ferramentas como SonarQube;
- Refatoração frequente para reduzir complexidade;
- Definição de prazos para a resolução da dívida;
- Cultura de qualidade e boas práticas de desenvolvimento.

ANÁLISE E PROJETO DE SOFTWARE: MODELAGEM E DESIGN UTILIZANDO UML. PADRÕES DE PROJETO (DESIGN PATTERNS). PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS (CONCEITOS GERAIS)

Análise E Projeto De Software

Modelagem E Design Utilizando Uml

A UML (Unified Modeling Language) é uma linguagem padronizada para modelagem de sistemas de software, utilizada para representar graficamente a estrutura e o comportamento do sistema.

Principais diagramas UML:

- **Diagrama de Casos de Uso:** Representa as interações entre os atores (usuários) e o sistema.
- **Diagrama de Classes:** Exibe a estrutura do sistema, com classes, atributos, métodos e relações entre elas.
- **Diagrama de Sequência:** Ilustra a interação entre objetos ao longo do tempo.
- **Diagrama de Atividade:** Mostra o fluxo de execução de processos no sistema.
- **Diagrama de Estado:** Representa os estados de um objeto e as transições entre eles.
- **Diagrama de Componentes:** Mostra a estrutura física dos componentes de software e suas dependências.
- **Diagrama de Implantação:** Representa a distribuição física dos componentes em servidores e dispositivos.

A UML facilita a comunicação entre desenvolvedores, clientes e demais stakeholders, proporcionando uma visão clara do sistema antes da implementação.

Padrões De Projeto (Design Patterns)

Os padrões de projeto são soluções reutilizáveis para problemas comuns no desenvolvimento de software. Eles são classificados em três categorias principais:

Padrões Criacionais: Auxiliam na criação de objetos, aumentando a flexibilidade e reutilização de código.

- **Singleton:** Garante que uma classe tenha apenas uma instância.
- **Factory Method:** Permite a criação de objetos sem especificar sua classe exata.
- **Abstract Factory:** Fornece uma interface para criação de famílias de objetos relacionados.

Padrões Estruturais: Definem como classes e objetos são compostos para formar estruturas maiores.

- **Adapter:** Permite que interfaces incompatíveis trabalhem juntas.
- **Composite:** Organiza objetos em uma estrutura hierárquica de árvore.
- **Decorator:** Adiciona funcionalidades a um objeto dinamicamente.

Padrões Comportamentais: Gerenciam interações entre objetos e a distribuição de responsabilidades.

- **Observer:** Define uma dependência entre objetos para notificação automática de mudanças.
- **Strategy:** Permite alterar dinamicamente o comportamento de um objeto.
- **Command:** Encapsula uma solicitação como um objeto, permitindo seu armazenamento e execução posterior.

Os padrões de projeto facilitam a manutenção e expansão do software, promovendo boas práticas de engenharia de software.

Programação Orientada A Objetos (Conceitos Gerais)

A Programação Orientada a Objetos (POO) é um paradigma baseado na organização do código em torno de objetos, que representam entidades do mundo real. Seus principais conceitos são:

- **Encapsulamento:** Restringe o acesso direto aos atributos de um objeto, protegendo os dados e garantindo integridade.
- **Herança:** Permite que uma classe reutilize e estenda atributos e métodos de outra classe.
- **Polimorfismo:** Habilita objetos de diferentes classes a serem tratados de maneira uniforme por meio de interfaces ou classes base.
- **Abstração:** Destaca os aspectos essenciais de um objeto, ignorando detalhes desnecessários.

A POO melhora a reutilização de código, a modularização e a manutenção do software, tornando-o mais flexível e escalável.

QUALIDADE DE SOFTWARE: ANÁLISE ESTÁTICA DE CÓDIGO. TESTES (UNITÁRIOS, DE INTEGRAÇÃO, NÃO FUNCIONAIS). MOCKING E STUBS. REVISÃO DE CÓDIGO E PROGRAMAÇÃO EM PAR

Qualidade De Software

Análise Estática De Código

A análise estática de código é uma técnica utilizada para avaliar a qualidade do software sem a necessidade de executá-lo. Essa abordagem permite identificar vulnerabilidades, padrões de código incorretos e melhorias na estrutura do programa.

Principais ferramentas e técnicas:

- **Linters:** Ferramentas como ESLint (JavaScript), Pylint (Python) e Checkstyle (Java) ajudam a detectar erros de estilo e padrões de código.
- **Analisadores de Código:** Ferramentas como SonarQube e CodeClimate avaliam métricas de qualidade e detectam vulnerabilidades.
- **Regras de Complexidade:** Identifica trechos de código com complexidade excessiva, facilitando a manutenção e compreensão do software.
- **Detecção de Vulnerabilidades:** Identifica falhas de segurança, como SQL Injection e Cross-Site Scripting (XSS).

Benefícios Da Análise Estática Do Código

- Identifica problemas antes da execução do software;
- Reduz erros em produção;
- Melhora a legibilidade e manutenção do código.

Testes Unitários

Testes unitários são testes automatizados focados em verificar o comportamento de componentes individuais do sistema, como funções, métodos e classes.

Principais características:

- Testam partes isoladas do código;
- Executam rapidamente e possuem baixo custo de manutenção;
- Utilizam frameworks como JUnit (Java), NUnit (C#) e PyTest (Python).

Boas práticas:

- Seguir o padrão AAA (Arrange, Act, Assert).
- Escrever testes independentes e determinísticos.
- Cobrir casos de sucesso e falha.

Benefícios dos testes unitários

- Reduz erros durante o desenvolvimento;
- Facilita a refatoração segura do código;
- Aumenta a confiança na estabilidade do software.

Testes De Integração

Os testes de integração verificam a interação entre diferentes módulos ou componentes do sistema para garantir que funcionem corretamente quando combinados.

Principais características:

- Validam a comunicação entre APIs, bancos de dados e outros serviços;
- Podem ser escritos usando frameworks como TestNG (Java), Mocha (JavaScript) e Robot Framework (Python);
- Utilizam técnicas como testes em camadas e mocks para isolar dependências.

Benefícios dos testes de integração:

- Detectam falhas na interação entre componentes;
- Garantem a compatibilidade entre diferentes partes do sistema;
- Melhoram a confiabilidade da aplicação.

Testes Não Funcionais

Os testes não funcionais avaliam atributos do sistema como desempenho, segurança, usabilidade e escalabilidade.

Principais tipos:

- **Testes de desempenho:** Avaliam tempo de resposta e carga do sistema (exemplo: JMeter, Gatling);
- **Testes de segurança:** Identificam vulnerabilidades e falhas de segurança (exemplo: OWASP ZAP, Burp Suite);
- **Testes de usabilidade:** Avaliam a experiência do usuário e a interface do sistema;
- **Testes de compatibilidade:** Verificam a execução em diferentes dispositivos, navegadores e sistemas operacionais.

Benefícios dos testes não funcionais

- Melhoram a estabilidade e segurança do software;
- Garantem um melhor desempenho em ambientes reais;
- Reduzem riscos de falhas críticas.

Mocking E Stubs

Mocking e Stubs são técnicas usadas em testes automatizados para simular comportamentos de componentes externos ao código testado.

Mocks:

- Simulam objetos reais e permitem a verificação de chamadas de método;
- Utilizados para testar interações entre componentes.

Exemplo de ferramentas: Mockito (Java), Moq (C#), unittest.mock (Python).

Stubs:

- Retornam respostas pré-definidas para chamadas específicas;
- Usados para reduzir a dependência de sistemas externos em testes.

Benefícios dos mockin e stubs:

- Permitem testar módulos independentemente de serviços externos;

- Melhoram a confiabilidade e performance dos testes;
- Reduzem custos de execução de testes.

Revisão De Código E Programação Em Par

A revisão de código e a programação em par são práticas que ajudam a garantir a qualidade do software através da colaboração entre desenvolvedores.

Revisão de Código:

- Envolve a análise do código por outro desenvolvedor ou equipe;
- Ferramentas como GitHub Pull Requests, Gerrit e Crucible são usadas para facilitar esse processo.
- Objetivos: detectar erros, melhorar a manutenção e compartilhar conhecimento.

Programação em Par (Pair Programming):

- Dois desenvolvedores trabalham juntos no mesmo código: um escreve e o outro revisa;
- Promove maior qualidade, melhor design e aprendizado contínuo.

Benefícios Da Revisão De Código E Programação Em Par:

- Reduzem erros e retrabalho;
- Melhoram a compreensão e padronização do código;
- Aumentam a colaboração e eficiência da equipe.

INFRAESTRUTURA COMO CÓDIGO (IAC) (INFRA): CONCEITOS E FERRAMENTAS (ANSIBLE, TERRAFORMSHELLS-CRIPT). AUTOMAÇÃO DE PROVISIONAMENTO DE AMBIENTES

Infraestrutura Como Código (IAC)

Conceitos E Ferramentas: Ansible

O **Ansible** é uma ferramenta de automação de infraestrutura que permite gerenciar configuração, provisionamento e implantação de aplicações de forma eficiente. Ele utiliza uma abordagem baseada em **declaratividade**, onde os estados desejados são descritos em arquivos YAML (playbooks).

Principais conceitos:

- **Idempotência:** Garante que a execução repetida dos scripts resulte no mesmo estado desejado
- **Arquitetura sem agentes:** Diferente de outras ferramentas, o Ansible se conecta a máquinas remotas via SSH, sem necessidade de instalar um agente.
- **Módulos reutilizáveis:** Oferece uma ampla biblioteca de módulos para diversas tarefas (gerenciamento de pacotes, configuração de serviços, etc.).

Exemplo de playbook Ansible:

```
- hosts: servidores
tasks:
- name: Instalar Apache
  apt:
    name: apache2
    state: present
```

Benefícios do Ansible:

- Simplicidade e facilidade de aprendizado.
- Integração com diversas plataformas.
- Redução de erros humanos na configuração de ambientes.

Conceitos E Ferramentas: Terraform

O **Terraform** é uma ferramenta de infraestrutura como código (IaC) usada para provisionamento e gerenciamento de recursos em nuvem. Ele utiliza uma abordagem **declarativa** por meio do HashiCorp Configuration Language (**HCL**).

Principais conceitos:

- **State Management:** Mantém um estado da infraestrutura para rastrear e gerenciar mudanças.
- **Providers:** APIs que permitem interagir com provedores como AWS, Azure, GCP, entre outros.
- **Plan, Apply e Destroy:** Processo de execução para criar, modificar e remover recursos de forma segura.

Exemplo de configuração Terraform:

```
provider "aws" {
  region = "us-east-1"
}

resource "aws_instance" "web" {
  ami      = "ami-12345678"
  instance_type = "t2.micro"
}
```

Benefícios do Terraform:

- Infraestrutura reproduzível e escalável;
- Automatiza o provisionamento em múltiplos provedores;
- Facilita a auditoria e controle de versões da infraestrutura.

Conceitos E Ferramentas: Shellscript

O **ShellScript** é uma linguagem de script utilizada para automação de tarefas em sistemas Unix/Linux. Ele é muito usado na gestão de infraestrutura para instalação, configuração e execução de comandos automatizados.

Principais conceitos:

- **Interpretação de comandos:** Sequência de comandos executados automaticamente.
- **Uso de variáveis:** Permite armazenar e reutilizar valores.
- **Estruturas de controle:** Uso de laços, condicionais e funções para lógicas mais complexas.

Exemplo de ShellScript para instalar o Apache:

```
#!/bin/bash
sudo apt update -y
sudo apt install apache2 -y
sudo systemctl start apache2
```

Benefícios do ShellScript:

- Simplicidade e compatibilidade com sistemas Unix/Linux;
- Permite automação de tarefas repetitivas;
- Integração com outras ferramentas de IaC.

VISA AVALIAR A HABILIDADE DO(A) CANDIDATO(A) EM ENTENDER A ESTRUTURA LÓGICA DAS RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, COISAS, EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES. ESTRUTURAS LÓGICAS, LÓGICAS DE ARGUMENTAÇÃO, DIAGRAMAS LÓGICOS

A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$
Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.
- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.
- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

• Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

• Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

• Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

• Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo:

- P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

“O céu é azul.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

- “Quantos anos você tem?” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).
- “João é alto.” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- “Seja bem-vindo!” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- “ $2 + 2 = 4$.” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- “Ele é muito bom.” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).
- “Choveu ontem.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- “Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- “Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Agora veremos um exemplo retirado de uma prova:

1. (CESPE) Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
- (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
- (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
- (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	\sim ou $-$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	\wedge	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	\oplus	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	\rightarrow	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo:

2. (VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p, p \vee q, p \wedge q$
- (B) $p \wedge q, \neg p, p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q, p \vee q, \neg p$
- (D) $p \vee p, p \rightarrow q, \neg q$
- (E) $p \vee q, \neg q, p \vee q$

Resolução:

Precisamos identificar cada conectivo solicitado na ordem correta. A conjunção é o conectivo \wedge , como em $p \wedge q$. A negação é representada pelo símbolo \neg , como em $\neg p$. A implicação é representada pelo símbolo \rightarrow , como em $p \rightarrow q$.

Resposta: B.

Tabela Verdade

A tabela verdade é uma ferramenta para analisar o valor lógico de proposições compostas. O número de linhas em uma tabela depende da quantidade de proposições simples (n):

$$\text{Número de Linhas} = 2^n$$

Vamos agora ver as tabelas verdade para cada conectivo lógico:

p	q	$\sim p$	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \oplus q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	F	V	V	F	V	V
V	F	F	F	V	V	F	F
F	V	V	F	V	V	V	F
F	F	V	F	F	F	V	V

Exemplo:

3. (CESPE/UNB) Se “A”, “B”, “C” e “D” forem proposições simples e distintas, então o número de linhas da tabela-verdade da proposição $(A \rightarrow B) \leftrightarrow (C \rightarrow D)$ será igual a:

- (A) 2;
- (B) 4;
- (C) 8;
- (D) 16;
- (E) 32.

Resolução:

Temos 4 proposições simples (A, B, C e D), então aplicamos na fórmula 2^n , onde n é o número de proposições. Assim, $2^4 = 16$ linhas.

Resposta D.

Tautologia, Contradição e Contingência

As proposições compostas podem ser classificadas de acordo com o seu valor lógico final, considerando todas as possíveis combinações de valores lógicos das proposições simples que as compõem. Essa classificação é fundamental para entender a validade de argumentos lógicos:

– **Tautologia**

Uma tautologia é uma proposição composta cujo valor lógico final é sempre verdadeiro, independentemente dos valores das proposições simples que a compõem. Em outras palavras, não importa se as proposições simples são verdadeiras ou falsas; a proposição composta será sempre verdadeira. Tautologias ajudam a validar raciocínios. Se uma proposição complexa é tautológica, então o argumento que a utiliza é logicamente consistente e sempre válido.

Exemplo: A proposição “p ou não-p” (ou $p \vee \sim p$) é uma tautologia porque, seja qual for o valor de p (verdadeiro ou falso), a proposição composta sempre terá um resultado verdadeiro. Isso reflete o Princípio do Terceiro Excluído, onde algo deve ser verdadeiro ou falso, sem meio-termo.

– Contradição

Uma contradição é uma proposição composta que tem seu valor lógico final sempre falso, independentemente dos valores lógicos das proposições que a compõem. Assim, qualquer que seja o valor das proposições simples, o resultado será falso. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição “p e não-p” (ou $p \wedge \sim p$) é uma contradição, pois uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Esse exemplo reflete o Princípio da Não Contradição, que diz que uma proposição não pode ser simultaneamente verdadeira e falsa.

– Contingência

Uma contingência é uma proposição composta cujo valor lógico final pode ser tanto verdadeiro quanto falso, dependendo dos valores das proposições simples que a compõem. Diferentemente das tautologias e contradições, que são invariavelmente verdadeiras ou falsas, as contingências refletem casos em que o valor lógico não é absoluto e depende das circunstâncias. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição “se p então q” (ou $p \rightarrow q$) é uma contingência, pois pode ser verdadeira ou falsa dependendo dos valores de p e q. Caso p seja verdadeiro e q seja falso, a proposição composta será falsa. Em qualquer outra combinação, a proposição será verdadeira.

Exemplo:

4. (CESPE) Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:

P: Cometeu o crime A.

Q: Cometeu o crime B.

R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.

S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável. Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((\sim Q) \rightarrow (\sim P))$ será sempre verdadeira, independentemente das valorações de P e Q como verdadeiras ou falsas.

() CERTO

() ERRADO

Resolução:

Temos a sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((\sim Q) \rightarrow (\sim P))$.

Sabemos que $(\sim Q) \rightarrow (\sim P)$ é equivalente a $P \rightarrow Q$, então podemos substituir:

$P \rightarrow Q \leftrightarrow P \rightarrow Q$

Considerando $P \rightarrow Q = A$, temos:

$A \leftrightarrow A$

Uma bicondicional (\leftrightarrow) é verdadeira quando ambos os lados têm o mesmo valor lógico.

Como ambos os lados são A, eles sempre terão o mesmo valor.

Logo a sentença é sempre verdadeira, independentemente dos valores de P e Q.

Resposta: Certo.

Equivalências

Duas ou mais proposições compostas são equivalentes, quando mesmo possuindo estruturas lógicas diferentes, apresentam a mesma solução em suas respectivas tabelas verdade.

Se as proposições $P(p, q, r, \dots)$ e $Q(p, q, r, \dots)$ são ambas TAUTOLOGIAS, ou então, são CONTRADIÇÕES, então são EQUIVALENTES.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ARTIGOS 312 A 327, 338 A 359 DO CÓDIGO PENAL

Os crimes contra a administração pública ocupam um papel central no Direito Penal, sendo fundamentais para a manutenção da ordem e da integridade das funções do Estado. Esses delitos não apenas afetam o funcionamento interno das instituições públicas, mas também impactam diretamente a confiança da sociedade nos órgãos governamentais e na justiça. A corrupção, o peculato, a concussão e outros crimes desta natureza representam uma ameaça constante à lisura e à eficiência da administração pública, prejudicando o interesse coletivo e a justiça social.

Neste contexto, o presente estudo se propõe a explorar de maneira detalhada os principais crimes contra a administração pública, com ênfase em suas características, tipificação legal e as implicações jurídicas decorrentes. Além disso, o texto abordará as atualizações legislativas recentes, analisando o impacto das mudanças na legislação penal brasileira.

Através de uma análise criteriosa dos conceitos e das jurisprudências aplicáveis, busca-se proporcionar uma compreensão clara e abrangente sobre o tema, destacando a importância da proteção da administração pública como um bem jurídico essencial.

— Definição de Crimes Contra a Administração Pública

Os crimes contra a administração pública são aqueles que, direta ou indiretamente, ofendem a estrutura, o funcionamento e a integridade das atividades desenvolvidas pelos órgãos públicos. Esses delitos estão previstos no Código Penal brasileiro, em um capítulo específico, que visa proteger a administração pública de ações ilícitas praticadas tanto por servidores públicos quanto por particulares que se relacionam com a administração.

Esses crimes são caracterizados pela violação dos deveres de honestidade, legalidade e lealdade dos agentes públicos e dos particulares em suas interações com o Estado. A gravidade desses atos reside no fato de que eles comprometem a confiança da sociedade no funcionamento das instituições governamentais, resultando em prejuízos ao interesse público e na quebra da moralidade administrativa.

De forma geral, os crimes contra a administração pública podem ser classificados em duas grandes categorias: aqueles praticados por funcionários públicos no exercício de suas funções e aqueles cometidos por particulares em relação à administração pública. Entre os primeiros, destacam-se o peculato, a concussão e a corrupção passiva. Entre os segundos, encontram-se a corrupção ativa e o tráfico de influência.

Esses delitos são tipificados de forma a preservar a administração pública como um bem jurídico de especial relevância, assegurando que os princípios da legalidade, moralidade e eficiência,

previstos na Constituição Federal, sejam respeitados. A correta compreensão desses crimes é essencial para a aplicação da justiça e para a manutenção da ordem pública.

Classificação dos Crimes Contra a Administração Pública

Os crimes contra a administração pública são categorizados de acordo com a natureza do agente que os pratica e o impacto causado à administração pública. A seguir, são detalhadas as principais classificações desses delitos:

Crimes Cometidos por Funcionários Públicos

Os crimes cometidos por funcionários públicos no exercício de suas funções ou em razão delas são particularmente graves, pois envolvem uma quebra de confiança e deveres inerentes ao cargo ocupado. Entre os principais crimes dessa natureza, destacam-se:

— Peculato:

— **Peculato-Apropriação:** Ocorre quando o funcionário público se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.

— **Peculato-Desvio:** Caracteriza-se pelo desvio de dinheiro ou bem em proveito próprio ou alheio.

— **Peculato Culposo:** Configura-se quando o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem.

— Concussão:

Este crime ocorre quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, vantagem indevida, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.

— Corrupção Passiva:

Consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, vantagem indevida, direta ou indiretamente, ou aceitar promessa de tal vantagem em razão do cargo. A corrupção passiva é um crime formal, que se consuma com a solicitação ou aceitação da vantagem, independentemente de sua efetiva obtenção.

— Excesso de Exação:

Configura-se quando o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meios vexatórios ou gravosos não autorizados por lei.

— Prevaricação, Advocacia Administrativa, e Outros Crimes Relacionados:

— **Prevaricação:** Consiste em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

– **Advocacia Administrativa:** Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

– Outros crimes incluem facilitação de contrabando, prevaricação, condescendência criminosa, e violência arbitrária.

Crimes Cometidos por Particulares

Os crimes cometidos por particulares contra a administração pública são aqueles em que o agente não pertence ao corpo funcional do Estado, mas pratica atos que prejudicam o bom funcionamento ou a integridade da administração. Alguns dos principais crimes nessa categoria são:

– Corrupção Ativa:

Ocorre quando o particular oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

– Tráfico de Influência:

Este crime caracteriza-se pela solicitação, exigência, ou obtenção de vantagem indevida para si ou para outrem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício de suas funções.

– Outros Crimes Pertinentes:

Incluem usurpação de função pública, desacato, desobediência, resistência, entre outros. Estes crimes, embora cometidos por particulares, afetam diretamente a administração pública e, portanto, são punidos de forma rigorosa.

– Novas Tipificações e Atualizações Legislativas

Recentemente, o ordenamento jurídico brasileiro foi atualizado para incluir novas tipificações e agravar penas em certos casos relacionados a crimes contra a administração pública. A Lei nº 14.133/2021, por exemplo, introduziu novos tipos penais, como a fraude em licitações e a modificação irregular de contratos administrativos. Essas atualizações refletem a evolução das necessidades sociais e a resposta do legislador a novas formas de criminalidade no âmbito da administração pública.

Análise de Casos e Jurisprudência

A análise de casos práticos e a jurisprudência desempenham um papel crucial na interpretação e aplicação das leis penais, especialmente nos crimes contra a administração pública. Ao examinar decisões judiciais, é possível compreender como os tribunais têm abordado as nuances desses crimes, o que oferece uma perspectiva mais concreta e aplicada da legislação.

Casos Práticos

– Caso de Peculato:

Em um caso amplamente discutido, um servidor público foi acusado de peculato-apropriação ao se apropriar de verbas destinadas a um programa social. A defesa argumentou que o servidor havia apenas desviado temporariamente os recursos, mas o tribunal entendeu que a intenção de se apropriar era clara, resultando em condenação. Este caso ilustra como a apropriação de bens públicos, mesmo quando justificada por alegações de necessidade pessoal, é tratada com rigor pela justiça.

– Caso de Concussão:

Em outro caso notório, um funcionário público foi processado por exigir uma “taxa de urgência” para acelerar a aprovação de um projeto de construção. A prática foi considerada concussão, já que a cobrança foi feita em razão da função pública ocupada pelo agente. A condenação reforçou a ideia de que a exigência de vantagens indevidas, mesmo que disfarçadas como taxas administrativas, configura crime.

– Caso de Corrupção Passiva:

Um exemplo significativo de corrupção passiva envolveu um político que aceitou doações para sua campanha em troca de favores futuros. Embora a defesa tenha argumentado que as doações eram legais, o tribunal concluiu que havia um claro nexo entre a promessa de vantagens e a função pública do réu, levando à sua condenação.

– Jurisprudência Relevante

Peculato e a Reparação do Dano

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no peculato culposo, a reparação do dano antes do recebimento da denúncia pode extinguir a punibilidade, conforme prevê o Código Penal. Entretanto, para o peculato doloso, a reparação do dano não exclui o crime, mas pode configurar arrependimento posterior, o que pode influenciar na pena aplicada (HC 239127/RS). Este entendimento destaca a diferença de tratamento entre os tipos de peculato e a importância da reparação do dano em casos específicos.

Corrupção Ativa e Passiva como Tipos Penais Autônomos

Em diversas decisões, o STJ tem reafirmado que a inépcia da denúncia de corrupção ativa não leva automaticamente ao trancamento da ação penal por corrupção passiva, visto que os dois crimes estão tipificados de forma autônoma e não dependem um do outro para configuração. Essa separação enfatiza a autonomia dos tipos penais e a necessidade de uma acusação clara e fundamentada em cada caso.

Excesso de Exação e a Cobrança de Tributos

Em decisões envolvendo excesso de exação, os tribunais têm reiterado que a cobrança de tributos ou contribuições sociais indevidas por parte de um funcionário público, quando este sabe ou deveria saber que são indevidas, constitui crime. O uso de métodos vexatórios ou gravosos na cobrança agrava a situação, conforme decisões que ressaltam a proteção dos direitos dos contribuintes contra abusos da administração pública.

– Implicações das Decisões Judiciais

As decisões analisadas revelam uma tendência dos tribunais em tratar com severidade os crimes contra a administração pública, independentemente do status do agente ou da quantia envolvida. A jurisprudência consolidada demonstra que os tribunais buscam preservar a integridade das funções públicas e a confiança do público nas instituições governamentais, aplicando penas rigorosas e promovendo a reparação dos danos causados.

Novas Tipificações e Atualizações Legislativas

Nos últimos anos, o cenário jurídico brasileiro passou por importantes mudanças legislativas, especialmente no que tange aos crimes contra a administração pública. Essas atualizações refletem a necessidade de adaptação da legislação às novas realidades sociais e econômicas, além de buscar o aperfeiçoamento dos mecanismos de combate à corrupção e outras práticas ilícitas que afetam a administração pública.

Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Uma das mais significativas atualizações legislativas recentes foi a promulgação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que substituiu a antiga Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993). A nova lei trouxe não apenas mudanças nos procedimentos licitatórios e contratuais, mas também introduziu novos tipos penais, visando coibir fraudes e irregularidades no âmbito da administração pública.

Fraude em Licitação e Contrato (Art. 337-L)

A nova lei tipifica como crime a fraude em licitação ou contrato dela decorrente, quando a entrega de mercadorias ou prestação de serviços é realizada com qualidade ou quantidade inferior ao estipulado no edital ou contrato. As penas variam de 4 a 8 anos de reclusão, além de multa, e refletem a gravidade atribuída a atos que lesam o patrimônio público.

Modificação ou Pagamento Irregular em Contrato Administrativo (Art. 337-H)

Este tipo penal busca punir a modificação de contratos administrativos ou o pagamento irregular durante sua execução, sem a devida autorização legal ou contratual. As penas também incluem reclusão de 4 a 8 anos e multa, destacando a importância da legalidade e transparência na gestão dos contratos públicos.

Violação de Sigilo em Licitação (Art. 337-J)

A nova legislação tipifica como crime a devassa do sigilo de propostas em processos licitatórios, ou a facilitação para que terceiros o façam. A pena para esse delito é de 2 a 3 anos de detenção, além de multa, reforçando a necessidade de integridade e confidencialidade nos processos de licitação.

— Aumento das Penas e Agravantes

A nova Lei de Licitações também trouxe um aumento significativo nas penas para crimes já existentes, além de introduzir agravantes específicas para situações que envolvam cargos de confiança ou função de direção dentro da administração pública.

Agravantes para Funcionários em Cargos de Confiança (Art. 327, § 2º do Código Penal)

A lei estabelece que, quando os crimes são cometidos por funcionários públicos em cargos de confiança, de direção ou assessoramento, as penas podem ser aumentadas de um terço até a metade. Esta medida visa coibir abusos de poder e a utilização do cargo para fins ilícitos.

Pena de Multa

A legislação também especifica a metodologia para o cálculo da pena de multa, que não poderá ser inferior a 2% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. Isso garante que as penalidades tenham um impacto financeiro significativo, desestimulando práticas ilícitas.

Impacto das Atualizações Legislativas

Essas novas tipificações e o endurecimento das penas refletem um esforço legislativo para modernizar e tornar mais eficaz o combate aos crimes contra a administração pública. O objetivo é fortalecer a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, além de garantir que os processos administrativos sejam conduzidos de forma íntegra e eficiente.

A introdução de novos tipos penais, como a fraude em licitação e a violação de sigilo, demonstra uma resposta do legislador às práticas ilícitas que vêm ganhando complexidade com o avanço tecnológico e a globalização. Além disso, o aumento das penas busca desestimular a corrupção e o uso indevido do poder por parte de funcionários públicos, especialmente aqueles em posições de maior responsabilidade.

As novas normas também visam assegurar que a administração pública seja gerida de acordo com os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência, protegendo o patrimônio público e promovendo a justiça social.

Os crimes contra a administração pública representam uma grave ameaça à integridade do Estado e à confiança da sociedade nas instituições governamentais. A proteção da administração pública é essencial para a manutenção do Estado de Direito, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma ética e transparente, em benefício da coletividade.

Ao longo deste estudo, foram abordadas as diversas formas de crimes cometidos contra a administração pública, desde aqueles perpetrados por servidores públicos até os praticados por particulares. Cada um desses delitos, como o peculato, a concussão e a corrupção ativa e passiva, carrega consigo não apenas um impacto jurídico, mas também um efeito corrosivo sobre a moralidade pública e a eficiência administrativa.

As recentes atualizações legislativas, incluindo a promulgação da Lei nº 14.133/2021, demonstram o compromisso do legislador em aprimorar os mecanismos de combate a esses crimes, introduzindo novas tipificações e agravando penas para coibir práticas ilícitas. Essas mudanças são fundamentais para enfrentar as novas formas de criminalidade que surgem no âmbito da administração pública, garantindo que os processos administrativos ocorram dentro dos princípios da legalidade e da transparência.

Entender e aplicar corretamente as normas que regem os crimes contra a administração pública é vital para a justiça e para a preservação dos valores democráticos. A jurisprudência analisada também destaca a postura rigorosa dos tribunais em relação a esses crimes, reforçando a importância de um sistema jurídico forte e atuante na defesa dos interesses públicos.

Em suma, o combate efetivo aos crimes contra a administração pública é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a ética e a responsabilidade prevaleçam na condução dos negócios públicos. Continuar a aprimorar as leis e garantir sua aplicação rigorosa é um passo essencial para a promoção da justiça e da confiança pública nas instituições.

— **Dos Crimes Contra A Administração Da Justiça¹**

Reingresso de estrangeiro expulso (art. 338 do CP)

O núcleo reingressar tem o sentido de ingressar novamente, voltar. Somente pode reingressar aquele que, em algum momento, tiver saído. Dessa forma, não se amolda à figura típica em estudo a conduta do estrangeiro que, expulso, se recusa a sair do nosso território.

O reingresso deve ser em território nacional, ou seja, em todo espaço (aéreo, marítimo ou terrestre) onde o Brasil exerce sua soberania, não abrangendo o chamado território por extensão (art. 5º, § 1º, do CP).

O conceito de estrangeiro deve ser encontrado por exclusão, ou seja, aquele que não gozar do status de brasileiro, seja ele nato ou naturalizado, nos termos do art. 12 da CF.

Os arts. 54 a 60 da Lei 13.445/2017 cuidam, especificamente, da expulsão do estrangeiro do Brasil.

Trata-se de **crime próprio**, que somente pode ser cometido por estrangeiro que tenha sido expulso do país. Assim, tem como pressuposto a expulsão do estrangeiro, que somente ocorre nas hipóteses do art. 65 da Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro).

Assim, não comete o crime o estrangeiro que tenha sido deportado ou extraditado.

O crime ocorre com o reingresso do estrangeiro no país, ainda que não tenha a intenção de permanecer ou não tenha agido com fraude.

A conduta típica consiste em reingressar (voltar, entrar novamente) estrangeiro expulso do território nacional.

Pressuposto da prática desse crime é a anterior expulsão do estrangeiro do território nacional.

Sujeito Ativo: somente pode ser o estrangeiro, admitindo-se a participação de terceiro.

Sujeito Passivo: é o Estado.

Objeto material: Não há.

Elemento subjetivo: dolo, exigindo-se também que o estrangeiro tenha conhecimento de sua expulsão.

Consumação: O delito se consuma no momento em que o estrangeiro, expulso, retorna ao País.

É crime instantâneo

Admite-se a **tentativa**.

Denúncia caluniosa (art. 339 do CP)

O delito de denúncia caluniosa se encontra tipificado no art. 339 do CP. De acordo com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 14.110/2020, podemos apontar os seguintes elementos que integram a figura típica:

a) a conduta de dar causa à instauração:

b) de inquérito policial; de procedimento investigatório criminal; de processo judicial; de processo administrativo disciplinar; de inquérito civil; de ação de improbidade administrativa;

c) contra alguém;

d) imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo;

e) de que o sabe inocente.

O § 2º do art. 339 do CP amplia a denúncia caluniosa para a hipótese de imputação de contravenção, com a diferença de que, neste último caso, a pena aplicada ao agente será diminuída de metade.

O agente deve ter a certeza da inocência daquele a quem acusa ter praticado a infração penal. Se houver dúvida, o delito restará afastado.

Sujeito Ativo: qualquer pessoa.

Sujeito Passivo: é o Estado, bem como aquele que ficou prejudicado com o comportamento praticado pelo sujeito ativo.

Objeto material: é a pessoa que foi vítima da imputação falsa de crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo.

Elemento subjetivo: dolo, não havendo previsão para a modalidade de natureza culposa.

Consumação: o delito restará consumado com a efetiva instauração do inquérito policial, do procedimento investigatório criminal, do processo judicial, do processo administrativo disciplinar, do inquérito civil ou da ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente.

Admite-se a **tentativa**.

Comunicação falsa de crime ou de contravenção (art. 340 do CP)

O núcleo provocar deve ser entendido no sentido de dar causa, promover, ensejar. A autoridade deve ser aquela encarregada da persecução penal em sentido amplo, aqui abrangida a autoridade policial, judiciária, bem como o Ministério Público.

Não há necessidade de que tenha sido formalizado inquérito policial ou mesmo que tenha sido oferecida denúncia em juízo, pois o tipo penal faz referência tão somente à ação, ou seja, qualquer comportamento praticado pela autoridade destinado a apurar a ocorrência do crime ou da contravenção penal, falsamente comunicado(a).

A comunicação do crime pode ser verbal, escrita, ou até mesmo produzida anonimamente. A falsa infração penal comunicada poderá, ainda, ser dolosa, culposa, consumada, tentada etc. Também poderá haver a imputação da prática de uma infração penal a uma pessoa fictícia, imaginária; na hipótese de ser verdadeira a pessoa e falso o delito que se lhe imputa, o fato poderá ser entendido como denúncia caluniosa.

Deverá, ainda, o agente, ter a certeza de que o crime ou a contravenção comunicado(a) à autoridade não se verificou, pois que, se houver dúvida quanto à sua existência, não se poderá cogitar da infração penal em estudo.

Sujeito Ativo: qualquer pessoa.

Sujeito Passivo: é o Estado.

Objeto material: não há.

Elemento subjetivo: dolo (direto), não havendo previsão para a modalidade de natureza culposa.

Consumação: o delito se consuma não com a mera provocação, mas, sim, quando a autoridade, efetivamente, pratica alguma ação no sentido de apurar o cometimento do crime ou da contravenção que lhe foi falsamente comunicado(a) pelo agente.

Admite-se a **tentativa**.

¹ Greco, Rogério. *Direito Penal Estruturado*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, (2nd edição). Grupo GEN, 2021.